

REFORMA ADMINISTRATIVA acaba com direitos dos servidores e precariza atendimento público

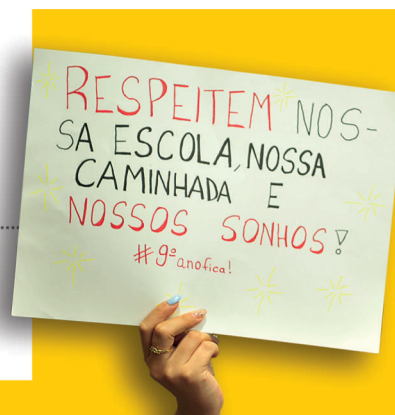


Focada na narrativa de modernização e "combate aos privilégios", PEC visa mudanças profundas nos eixos de governança, transformação digital, profissionalização e extinção de direitos

LEIA AQUI

CAMPANHA SALARIAL 2026

inicia com pedido de recomposição salarial de 3%



Transferência de estudantes para a rede estadual e terceirização do SAMU movimentam reta final de 2025



CAMPANHA SALARIAL 2026

inicia com pedido de recomposição salarial de 3%



O Sindiserv realizou a assembleia geral que deliberou sobre os pontos da Campanha Salarial 2026 no final de outubro. Em auditório com dezenas de participantes e sob comando da presidente Silvana Piroli, os servidores demonstraram descontentamento com uma série de problemas que vêm enfrentando no dia a dia de trabalho.

Silvana lembra que, entre diversas reivindicações da categoria, estão o reajuste salarial de acordo com o IPCA do ano de 2025, com recomposição salarial de 3%; pagamento de auxílio-alimentação no período de afastamento por acidente de trabalho, nos finais de semana e nos dias de compensação de horas; e que o valor do vale refeição seja pago por matrícula. Criar protocolos sobre procedimentos a serem adotados em episódios de racismo e assédio moral e sexual contra servidores e implantar uma rede de apoio às vítimas também é um dos pedidos da categoria, assim como a melhoria nas condições de trabalho.

O índice de reajuste se justifica com os dados econômicos de Caxias do Sul apontados pelo DIEESE. O crescimento nominal da receita foi de 8,2%, com inflação acumulada no mesmo



período de 5,13%, ou seja, um incremento de 2,92% na receita. Já as despesas de pessoal com ativos, inativos e terceirizados teve um crescimento nominal de 3,1%, ou seja, 1,93% abaixo da inflação. Vale lembrar que os limites fiscais/prudenciais no 2º quadrimestre de 2025 e o comprometimento da RTL com pessoal é de 43,84%. A estimativa IPCA 2025 é de 4,73%.

“Tiramos um conjunto de ações, desde cargos e salários, a questão salarial, o reajuste pelo IPCA a partir de janeiro e também uma recomposição dos salários no valor de 3%, além do IPCA. Também queremos melhores condições de trabalho. Somos contra as terceirizações e temos a questão do fechamento de turmas na rede municipal. Com relação à assistência, que a gente possa ter a ampliação do NAPS e outras lutas específicas que envolvem principalmente a educação e a saúde, que são as maiores áreas”, revelou.



As pautas da categoria para a Campanha Salarial 2026, deliberadas durante a assembleia geral, já foram entregues ao Executivo e seguem em análise. “Não é o servidor que causa qualquer problema na administração pública. Talvez seja a falta de gestão. Por isso, nós vamos à luta e queremos o nosso reajuste, condições de trabalho e melhores condições para os servidores prestarem um bom serviço público à comunidade”, finalizou a presidente.



Silvana Piroli
Presidente do Sindiserv

Em defesa do serviço público e da sociedade

É hora de ir direto ao ponto. O que o Congresso Inimigo do Povo quer fazer é acabar com o serviço público e com os direitos de quem mais precisa.

Parte do parlamento apoia a eliminação das promoções por tempo de serviço e impõe uma meritocracia que serve apenas a alguns.

Essa reforma é um ataque direto à educação, à saúde e à previdência, e quem vai pagar o preço é o povo brasileiro. Acabar com a estabilidade é abrir as portas para perseguições políticas e o aparelhamento do Estado.

Além disso, desvincular áreas essenciais do orçamento é retirar recursos vitais da população. A ampliação dos contratos temporários e das terceirizações só serve para precarizar ainda mais o atendimento.

Não aceitamos reformas que fragilizam o Estado e o serviço público. Defendemos a valorização do servidor, concursos transparentes e a estabilidade como instrumentos de proteção da sociedade.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Veja a lista dos deputados gaúchos que assinaram a PEC da Reforma



A LBS Advogadas e Advogados preparou uma análise preliminar essencial sobre a proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo Deputado Pedro Paulo. O projeto, focado na narrativa de "combate aos privilégios" e modernização, traz mudanças profundas em quatro eixos: Governança, Transformação Digital, Profissionalização e Extinção de Privilégios.

É crucial entender que esta reforma não tem foco na suposta eficiência, mas sim na redução de direitos para as servidoras e servidores de todo país. A PEC, se aprovada, não pode ser vetada pelo Presidente da República.

Confira os 4 Pontos Críticos de Impacto para Servidores Públicos:

1 REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA RADICAL

Tabela Remuneratória Única (TRU): Risco de redução de salários iniciais e finais, e potencial congelamento salarial, desconsiderando a complexidade das atribuições.

Bônus de Resultado: Criação de remuneração variável limitada a 2 salários anuais para a maioria, mas pode chegar a 4 salários para o alto escalão (cargos estratégicos). O bônus não é pago a aposentados e exige que o servidor esteja em efetivo exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro (com exceção de 30 dias de férias).

Progressão por Mérito: Fim da progressão exclusivamente por tempo de serviço, com adoção do SÍDEC (sistema de competição por vagas limitadas/cesta de pontos), aumentando o risco de perseguição e assédio moral.

2 ESTABILIDADE E CONCURSOS

Contratações: Os concursos públicos se tornarão mais raros, pois a força de trabalho efetiva será cada vez mais substituída por terceirizados. A contratação temporária é incentivada e pode ser estendida.

Veja a lista dos deputados gaúchos que assinaram a PEC da Reforma Administrativa:

Dep. Alceu Moreira (MDB/RS)
Dep. Bibó Nunes (PL/RS)
Dep. Pedro Westphalen (PP/RS)
Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
Dep. Mauricio Marcon (PODE/RS)
Dep. Sanderson (PL/RS)
Dep. Zucco (PL/RS)
Dep. Danlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)
Dep. Daniel Trzeciak (PSDB/RS)
Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
Dep. Osmar Terra (PL/RS)
Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
Dep. Márcio Biolchi (MDB/RS)

3 RETIRADA DE DIREITOS E FIM DE PRIVILÉGIOS

Pagamentos Retroativos: Vedação de pagamento de verbas retroativas por via administrativa. O reconhecimento judicial de retroativos ocorrerá apenas mediante precedente qualificado.

Aposentados: Vedação de incorporações.

4 REGULAMENTAÇÃO DO TELETRALALHO

A proposta estabelece o teletrabalho como regra de gestão, não como direito subjetivo.

Haverá limites de 1 dia por semana e para, no máximo, 20% da unidade administrativa.

O servidor deve permanecer disponível para contato durante todo o horário de funcionamento do órgão, o que viola o direito de desconexão.

A redução do teletrabalho implica perda de ganhos individuais, como a melhoria da qualidade de vida, redução do estresse e economia com transporte.

Sindiserv e comissão de servidores discutem problemas na SAÚDE



A possibilidade de terceirização de parte do SAMU e o corte de benefícios dos servidores em Caxias do Sul preocupa o Sindiserv. A pauta tem motivado diversas reuniões entre o sindicato e o Executivo. Nos encontros, a presidente Silvana Piroli tem reforçado a contrariedade do sindicato em relação às terceirizações na saúde. Silvana ainda lembra que é necessário pensar na efetividade do atendimento sem precarizar a estrutura dos servidores. "Às vezes são escolhas que os governantes fazem que não melhoram a saúde e que também prejudicam a população. Por isso que nós temos tanta fila para os hospitais", ponderou.

Ao longo das reuniões foi criada uma comissão com servidores do SAMU, HEMOCENTRO, CENTRAL DE EXAMES e CENTRAL DE REGULAÇÃO para discutir os temas ao lado do sindicato com a Secretaria. Junto ao Sindiserv, o coletivo da saúde também se reuniu com a Deputada Federal Denise Pessoa (PT) e os deputados estaduais Pepe Vargas (PT) e Neri, o Carteiro (PSDB) em busca de apoio para que os serviços se mantenham como estão.

EDUCAÇÃO

CORRENTINHO

Sindiserv questiona remanejamento dos 9º anos da rede municipal para a estadual

O Sindiserv tem discutido o remanejamento dos 9º anos da rede municipal para escolas do estado no último mês. O tema foi pauta de diversos encontros e de reuniões na Câmara de Vereadores e outros espaços. Dia 22 de outubro, o sindicato encaminhou um ofício ao prefeito de Caxias do Sul, Adiló Didomênico, manifestando preocupação e contrariedade em relação à proposta prevista para 2026.

A medida, segundo o sindicato, foi rejeitada de forma unânime pelas comunidades escolares consultadas. Entre os principais pontos de preocupação estão os prejuízos pedagógicos, afetivos e sociais que a migração pode causar aos estudantes. As direções apontam que muitas escolas municipais têm estrutura suficiente para ampliar turmas, evitando deslocamentos e descontinuidade no processo educacional.

Entre as reivindicações, o Sindiserv solicita a suspensão imediata da medida, a criação de uma comissão com representantes da Secretaria Municipal da Educação, das escolas e do sindicato, além da garantia de manutenção dos vínculos pedagógicos e afetivos dos estudantes. O sindicato reafirma seu compromisso com uma educação pública de qualidade, baseada no diálogo, na escuta e na gestão democrática.

*Leia o ofício em nosso site.

A ALEGRIA NOS FAZ AVANÇAR!

FESTA

DOS
SERVIDORES
E DAS
SERVIDORAS
2025

PAPAS DA LÍNGUA

SAIBA MAIS EM www.sindiserv.com.br
E RETIRE SEU INGRESSO GRATUITO

29/11
A PARTIR
DAS 14H

Pavilhões da
Festa da Uva

MATEUS BOFF

ZE H ANTONIO

Redação e fotos desta edição: Gabriel Lain / Projeto gráfico Bhios Comunica / Tiragem: 1.500 unidades

(54) 3228.1160
www.sindiserv.com.br

Sindicato dos Servidores Municipais de
Caxias do Sul - Gestão "No rumo certo
por um futuro melhor" - 2025/2028

